

ATA N.º 21

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
29-06-2021**

--- No dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, no Cineteatro S. João, no Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

---Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

---Manuel António Simões Martins, João Fernando de Jesus Pimenta Coelho, Carlos Belo Duarte Alfaia, Fernando Jorge Vieira Maurício, Margarida Rosa Rodrigues Santos Alfaia, Ricardo Reis Costa e Eugénio do Carmo Faria Vergamota. -----

---Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

---António José Maia de Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Maria João Mourão Rosa Pedro, Manuel Adelino Lopes Tomaz, Fernando Adelino Soares Barroso e Susana Paula de Matos Vieira da Cruz. -----

---Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

--- Carlos Manuel Godinho Matias, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado. -----

---Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

--- Pedro Miguel Faria Gonçalves -----

---Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

---António Silvino da Costa Ferreira -----

---Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor:

---Rui Cardoso Maurício. -----

---Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

---Ezequiel Soares Estrada. -----

---Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Kelly Patrícia Carvalho Rodrigues da Silva, Rui Vítor Pires Bragança e Henrique dos Reis Leal. -----

---O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado de imediato posse a Eugénio do Carmo Faria Vergamota, convocado para substituir a deputada Liliana Patrícia Gomes Rodrigues, que manifestou a sua impossibilidade em estar presente nesta Sessão. -----

--- Também os seguintes deputados informaram da sua impossibilidade em comparecer, tendo sido substituídos conforme a seguir se indica e cujos atos de posse foram dispensados nesta Sessão por terem sido já empossados em sessão anterior do presente mandato:-----

--- Mário André Balsa Gonçalves (PS) substituído por João Fernando de Jesus Pimenta Coelho;-----

--- Ricardo José Pires Antunes (PS) substituído por Margarida Rosa Rodrigues Santos Alfaia;-----

--- António Manuel Henriques Miguel (PS), substituído por Ricardo Reis Costa;-----

--- Carlos Alberto Alves da Silva (PSD) substituído por Manuel Adelino Lopes Tomaz;-
--- Maria João Gil dos Santos Grácio (PSD) substituída por Maria João Mourão Rosa Pedro;-----
--- Pedro Miguel da Silva Santos (BE) substituído por Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado; e-----
--- Rosa Teresa Alexandre Teixeira (CDS-PP) substituída por Pedro Miguel Faria Gonçalves.-----
--- Nesta altura e antes do início dos trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia pediu a todos um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-autarca do Município Sr. António Augusto Pereira Cardoso, o primeiro Presidente de Câmara eleito democraticamente após o 25 de abril de 1974.-----
--- Continuando, o Sr. **Presidente da Assembleia** solicitou que todas as intervenções que sejam feitas e que os Srs. Deputados pretendam ver incluídas em ata sejam enviadas com a maior brevidade para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata. -----
--- O Sr. Presidente da Assembleia referiu também que tem procedido sempre ao envio imediato para os Srs. Deputados de toda a documentação recebida.-----
--- Os trabalhos continuaram com a **aprovação da ata número vinte** relativa à Sessão Ordinária de 30 de abril de 2021. Colocada a ata à aprovação, foi a mesma aprovada por unanimidade pelos senhores deputados presentes naquela Sessão. -----
--- De seguida passou-se ao **PAOD – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo sido feitas as seguintes intervenções: -----
--- **António Ferreira (CDU)**: Referiu a necessidade de intervenção no Jardim da Zona Verde: recuperação do piso, pinturas e recuperação de mobiliário. Relativamente à rua pedonal, referiu necessitar de intervenção e maior cuidados com o mobiliário e as floreiras.-----
Referiu também a necessidade de ser reposta a oferta do TURE (uma das maiores conquistas das populações), que foi reduzida durante a pandemia.-----
Também a propósito da inundação verificada há pouco tempo na cidade, alertou para a necessidade de se avançar com o desvio de parte do caudal da Ribeira de Santa Catarina. Referiu igualmente que é urgente a remodelação da ferrovia desde o Vale de Santarém até ao Entroncamento, bem como a remodelação da estação. -----
--- **Manuel Martins (PS)**: “Desde a anterior Assembleia que o país entrou lentamente numa nova fase de desconfinamento. Apesar de o Plano de Vacinação estar a decorrer a bom ritmo, infelizmente a situação não está a evoluir como todos nós desejaríamos, como se percebe pelo crescente número de infetados e pelo recuo do desconfinamento em algumas regiões do País. Contudo, no Entroncamento, a situação tem evoluído de forma positiva, há quatro dias que não existem registos de novos casos, mantendo-se a incidência de 28 novos casos por 100mil habitantes e existindo neste momento 12 casos ativos. Graças a estes números, tem sido possível, aos poucos, retomar as atividades que têm estado suspensas, de índole desportiva e cultural. Assim, foi possível a realização do Torneio de Ténis Cidade do Entroncamento e os campeonatos regionais de ténis de equipas de veteranos nos courts de ténis do Entroncamento. Também foi possível ao EAC e ao CADE realizarem os seus jogos nos Campos de futebol do Complexo Desportivo. Também no passado fim de semana pudemos assistir a vários concertos no Museu Nacional Ferroviário, integrados no Programa Cultural em Rede RAILFEST. Entre outros grandes artistas, o nosso Pedro Dionysio deu um grande espetáculo, com a participação do Grupo de Teatro da Meia Via, jovens da Concórdia, bem como outros artistas da cidade. A Praça Salgueiro Maia vai receber, no dia 3 de julho, o espetáculo de Dança “Balastro” apresentado pela Escola Espasso de Dança e integrado na Programação

Fl
H
R

Cultural em rede “VOLver”. Também no âmbito desta Programação em Rede, o Jardim Afonso Serrão Lopes recebe nos dias 9 e 10 de julho sessões de cinema ao ar livre. -----

Não posso aqui deixar de fazer uma referência à Dra. Manuela Poitout, parabenizando-a pelo lançamento do seu livro “Ensaio da História Contemporânea do Ribatejo”, evento que decorreu aqui no Cine-Teatro S. João com a participação especial de Francisco Fanhais. É bom saber que temos no Entroncamento quem se dedique à terra, partilhando o seu registo para a posteridade. Esperamos também que em breve o Cine-Teatro S. João reabra para nos proporcionar ainda mais oferta cultural.-----

Um apontamento também para o Roteiro “Pela Ferrovia” que decorreu no Entroncamento entre 10 e 15 de maio e que reiterou a nossa importância ferroviária, valorizando o know-how existente e abrindo portas para a inovação e desenvolvimento. Foi também realçada a urgente necessidade de modernização da estação ferroviária, uma das mais movimentadas a nível nacional.-----

Por fim, não podia deixar de referir o 30.º aniversário da elevação do Entroncamento a cidade no dia 20 de junho. Somos uma cidade ainda jovem mas com imenso potencial e estamos no bom caminho. Temos cada vez mais e melhores infraestruturas, quer desportivas, quer culturais, quer sociais, bem como mais espaços verdes. Temos um Parque Empresarial em grande evolução, com várias empresas a instalar-se, criando mais emprego e melhorando o nível sócio-económico da população. E temos uma governação empenhada, que tem mostrado excelentes resultados, conseguindo tudo isto sem se endividar e melhorar o futuro de todos nós, antes pelo contrário, gerindo com grande rigor os recursos do Município. Esperamos que seja uma situação que se mantenha muitos anos.”-----

--- **Carlos Matias (BE):** “Há longos meses que os moradores da Rua José Gomes Ferreira se vêm queixando dos pesados incómodos causados pela laboração industrial de uma fábrica ilegal de blocos de cimento, no local onde outrora existiu um estaleiro da empresa Silvério & Melro.-----

Poluição atmosférica com gases emitidos pela aplicação de gasóleo; ruídos e vibrações provocadas por violentas pancadas de martelos, em blocos de cimento de cimento; emissão de poeiras para a atmosfera --- de tudo aqueles moradores vêm suportando em resultado, repito, da laboração da fábrica ilegal da Hidrobetão.-----

Alertada pelos moradores para o inferno por que passavam, no início deste ano, a então vereadora do Bloco de Esquerda, Sara Florindo apresentou o problema numa reunião de Câmara.-----

Consequências? Nenhumas. Aparentemente, à maioria o caso nada interessou.-----

Cansados, os moradores fizeram então uma participação policial. E só então algo mexeu nas engrenagens da maioria, muito oleadas nuns casos e noutros demasiado enferrujadas. Pedido e recebido na Câmara Municipal um relatório técnico, este foi claro e conclusivo: os moradores afinal, tinham mesmo razão, a fabriqueta é mesmo ilegal, fortemente poluidora e terá de encerrar.-----

Fim do calvário? Nada disso.-----

Notificações para lá, cartas para cá, mais prazos, mais tolerância e tudo passado, hoje, 29 de junho, meses passados, o tormento dos moradores continua, vítimas de uma empresa fora da lei. -----

Uma empresa que, num mais do que impróprio tom algo ameaçador, até ainda se dá ao desprazo de afirmar ser ela que paga aos deputados municipais, insinuando ser melhor que não os atrapalhem porque tem muitos clientes em fila de espera.-----

O que se pede, o que se exige é o imediato encerramento da empresa, em nome da tranquilidade pública e, se tal não chegar, em nome da lei.-----

FL
D.
B

E ninguém nos venha com o argumento da manutenção dos postos de trabalho, pois empresários sérios empregam pessoas, mas cumprem as normas. Estes senhores que façam o mesmo e vão construir os blocos para um local apropriado.-----

Portanto, o que se pede, o que se exige, é que, no respeito pelos moradores da zona, pelo ambiente e pela lei, o executivo municipal feche de imediato a empresa. -----

Que se apliquem a este caso os mesmos métodos expeditos usados para encerrar, há pouco tempo, um estabelecimento comercial gerador de problemas, na Praça Salgueiro Maia. E que, se for preciso, se use a mesma determinação com que se garantiu a remoção de baixadas ilegais de energia elétrica no Bairro Frederico Ulrich.-----

Não é exigir de mais. É apenas fazer cumprir a lei, assegurar equidade e garantir tranquilidade aos moradores. E já irá tarde.”-----

--- **Reinaldo Amarante (BE):** “Já não é a primeira vez que o Bloco traz à Assembleia Municipal este assunto.-----

O cruzamento das ruas Elias Garcia, Almirante Reis, Pedro Álvares Cabral e 1.º de Maio (vulgo Largo do Santo António), depois das obras de requalificação executadas, com a nova sinalização e reintrodução dos semáforos está a tornar-se um caso de perigo público. Uma parte das culpas deve-se à falta de civismo dos que por lá circulam, peões e condutores que não respeitam os sinais.-----

Já vi gente a sair da Pedro Álvares Cabral e seguir directamente em frente para a 1.º de Maio em vez de virar obrigatoriamente à direita; gente que vem da 1.º de Maio querer entrar directamente na Pedro Álvares Cabral; gente vinda da zona dos quartéis e da 1.º de Maio a avançarem simultaneamente. Aqui, alguém não respeitou os sinais; Peões que não esperam pelo verde para atravessar a via e obrigam a travagens de emergência.-----

Quem vem do Viaduto Eugénio Dias Poitout não tem informação que faixa deve escolher e, ao escolherem a da direita e pretende seguir em frente, arrisca a colidir com quem quer ir para a Elias Garcia ou para os Quartéis.-----

Tudo isto é agravado e potenciado pelo facto das três faixas serem muito estreitas.-----

O tempo está a demonstrar que esta reorganização do trânsito não está a resultar e algo deve ser feito para que a circulação nesta zona não se torne numa aventura em selva urbana de salve-se quem puder”.-----

--- **Manuel Faria (PSD):** Apresentou o seguinte requerimento: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Assunto: Nomeação do Chefe de Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento como Coordenador da Unidade de Sistemas de Informação e Comunicação, com funções de coordenação desta Unidade Orgânica e de avaliação de desempenho nos termos do SIADAP, dos funcionários que integram a Unidade Orgânica.-----

Os membros da bancada do PSD da Assembleia Municipal, tendo tido conhecimento do despacho, emitido pelo Senhor Presidente da Câmara, de nomeação do Chefe de Gabinete Ricardo José Pires Antunes, atendendo a que o lugar de Chefe desta Unidade Orgânica não se encontra ocupado, tendo em conta todos os considerandos legais indicados no requerimento que apresentamos e perante a existência de dúvidas se o chefe de gabinete Ricardo Antunes pode exercer funções de coordenação fora do âmbito do gabinete de apoio à presidência e proceder à avaliação de desempenho dos funcionários que integram uma unidade Orgânica, funções, essas, que deveriam ser desempenhadas por um Chefe de Unidade recrutado no âmbito de um Procedimento Concursal de Recrutamento e Seleção para ocupar o respetivo lugar de Chefe de Unidade, requer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que solicite à Associação de Municípios Portugueses, a emissão de parecer sobre o assunto agora exposto.-----

Solicitamos ainda que este requerimento seja posteriormente enviado para conhecimento às restantes bancadas e que seja registado em ata.”-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que, nos termos do Regimento, este requerimento deverá ser colocado à votação. O deputado Manuel Faria referiu que este requerimento é apenas dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e não ao Órgão. Assim, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que vai analisar o assunto e dará uma resposta assim que possível.-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP)** interveio sobre os seguintes assuntos:-----

- Informou que as pessoas do Entroncamento continuam a ter que indicar moradas falsas na plataforma da vacinação para conseguirem ser vacinadas em Torres Novas;-----

- Alertou para o decadente estado de degradação dos contentores de RSU e chamou a atenção para o facto de a RSTJ não estar a cumprir o contrato celebrado com o Município, pondo em causa a saúde pública e a imagem do Município. Apelou à Câmara Municipal para fazer cumprir este contrato;-----

- Referiu que as pragas de pombos continuam a assolar a cidade, é urgente algum procedimento sobre esta questão;-----

- Referiu-se também à necessidade urgente de “trazer vida à cidade”; e-----

- Informou que a Rua dos Foros da Lameira se encontra com necessidade de saneamento e de requalificação do pavimento.-----

--- Nesta altura, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara Municipal** que começou por se referir à situação da Covid-19 no Entroncamento, informando que a situação continua estável, com taxa de infeção reduzida ao nível dos Municípios do Médio Tejo, a que não é alheio o comportamento dos cidadãos, que, de forma geral, têm acatado as medidas de prevenção definidas pelas Autoridades de Saúde. No entanto, frisou que é importante todos continuarmos os cuidados de prevenção. Quanto à vacinação, já esteve para abrir um Centro no concelho, mas foi adiado, dado que as coisas estão a decorrer com normalidade. O que importa é que a vacinação continua a bom ritmo. Não temos, neste momento, qualquer informação que corrobore as alegações do deputado Pedro Gonçalves. Temos, sim, a informação de que estamos em linha com o resto do País.-----

--- Em resposta ao deputado António Ferreira, o Sr. Presidente da Câmara referiu concordar com as questões colocadas relativas ao Jardim da Zona Verde. É de facto necessária uma intervenção de fundo, a Câmara está a trabalhar nesse sentido, o que obriga ao desenvolvimento de um projeto e não apenas a um processo de “tapa buracos”. Quanto ao TURE, informou que a oferta foi reposta, embora neste momento a lotação esteja limitada aos lugares sentados por determinação das Autoridades de Saúde. O TURE era gratuito até 30 de junho e foi agora determinado prorrogar a gratuidade até 30 de setembro.-----

Relativamente ao desvio da Ribeira de Santa Catarina, a Câmara está a desenvolver estudos com a Águas do Vale do Tejo e a APA, é uma questão muito complexa do ponto de vista técnico.-----

No que respeita à Ferrovia, o Sr. Presidente da Câmara demonstrou a sua satisfação pela estratégia da sua valorização por parte do Governo. Enquanto cidade ferroviária, somos uma das comunidades que mais tem ganho e mais vai ganhar com esta estratégia. Na ausência de uma proposta por parte da IP, o Sr. Presidente da Câmara apresentou àquela entidade uma proposta concreta para uma nova Estação e toda a zona circundante, já há cerca de um ano. Neste momento, o Gestor Nacional de Estações da IP já foi incumbido de desenvolver o programa de intervenção na estação do Entroncamento. Um investimento desta natureza deve ser precedido de um programa funcional que defina o que se pretende fazer e esse trabalho já foi iniciado ao nível da IP. Tudo isto foi já debatido em reunião havida com o responsável.-----

FB
SS
B

Ainda em resposta ao deputado António Ferreira, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que está a ser feito um conjunto de intervenções na modernização da via entre Santarém e o Entroncamento, tecnicamente adequadas, quer a nível de sinalética, quer de outra natureza.-----

A estratégia atual do Governo tem permitido que as oficinas do Entroncamento tenham agora muito trabalho, muita manutenção ferroviária e muito entusiasmo. Foram já admitidas para trabalhar mais de 100 pessoas, o que é uma excelente notícia. Estão também perspetivados alguns investimentos.-----

--- Fazendo uma adenda à intervenção do deputado Manuel Martins, o Sr. Presidente da Câmara acrescentou que decorreu entre maio e junho o I Simpósio de Escultura do Entroncamento, o qual resultou na colocação de 5 esculturas em espaços da cidade e que o Município irá tentar repetir no futuro.-----

--- Continuando, o Sr. Presidente da Câmara respondeu ao deputado Carlos Matias que este não se referiu aos factos na sua intervenção e os factos é que são importantes. Enquanto for Presidente, a Câmara, deliberadamente, não irá tomar nenhuma decisão que considere ilegal. É verdade que a Vereadora Sara Florindo apresentou o assunto em reunião de Câmara no início do ano, mas o executivo já estava a trabalhar no sentido da sua resolução.-----

A Câmara Municipal, em reunião de 5 de abril, tomou a decisão de encerramento do funcionamento da empresa Hidrobetão, numa base muito clara: a atividade em causa não estava devidamente licenciada. No entanto, como vivemos num estado de direito, a Câmara é obrigada a comunicar ao interessado e há que cumprir o procedimento de “audiência prévia”, de acordo com a Lei. A empresa veio apresentar a sua contestação, que os técnicos municipais avaliaram. Entretanto, foi efetuada uma vistoria à casa do município que apresentou as suas queixas em reunião de Câmara. Nessa vistoria, efetuada por um engenheiro e um fiscal da Câmara, não constatarem grandes fissuras na casa nem constatarem que pudesse haver um nexo de causa/efeito. Não obstante, na reunião de Câmara realizada em 21 de junho, com os votos a favor dos Vereadores Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Presidente, a abstenção do Vereador Rui Bragança e o voto contra do Vereador Henrique Leal, foi deliberada a manutenção da decisão de encerramento da empresa, dando-se para o efeito um prazo de 30 dias. Os contextos aqui são diferentes de outras decisões já tomadas, como foi no caso de um estabelecimento do Mercado Municipal, de que a Autarquia é proprietária. À Câmara Municipal compete intervir para fazer cumprir a Lei, mas esta empresa é particular.----- Paralelamente, decidimos ainda outras medidas tutelares, como o corte de água e de energia, se esta ordem não for acatada. -----

--- Ainda em resposta à intervenção do deputado Reinaldo Amarante o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que as questões relativas ao cruzamento da Rua Elias Garcia são casos de polícia, no entanto, todas as alterações são passíveis de melhoria, agradecemos todas as sugestões que nos quiserem fazer chegar no intuito de melhorar sempre. No entanto, segundo informações que a Câmara Municipal vai recebendo, aquela situação está a resultar bastante bem.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não tendo havido inscrições para a Intervenção do Público, conforme estipulado no Edital de 22 de junho de 2021 e nos termos do artigo 47.º da Regimento da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Assembleia passou de imediato aos pontos da Ordem de Trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM -----

40
R

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO ao abrigo da al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

--- O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu este ponto, para apreciação, o qual teve as seguintes intervenções: -----

--- **Fátima Roldão (BE)**: «A primeira questão que queríamos colocar diz respeito às empreitadas referidas nas páginas 20 e 21 relativas à Promoção da Acessibilidade Inclusiva na Cidade. Consideramos este assunto de elevada importância: dotar a cidade de uma maior acessibilidade para todo o tipo de pessoas de acordo com as suas incapacidades. Gostaríamos de perguntar concretamente quais os trabalhos e melhorias que estão contemplados nestas empreitadas e já agora, se existe um Plano de Requalificação mais amplo para a adaptação do espaço público em termos de acessibilidades.-----

Na página 40 na Informação sobre a Atividade do município, são referidos os projectos “Alô estamos Aqui” e “Olá Estamos Aqui”, com o objetivo de dar acompanhamento presencial e telefónico junto da população mais idosa e fragilizada, nesta época de pandemia. Consideramos tais programas de grande pertinência e oportunidade neste período que atravessamos e gostaríamos de saber qual o balanço destas iniciativas. Se existiu muita adesão e qual o impacto sentido junto dos beneficiários.-----

Relativamente ao sector cultural (página 47), verificamos que existiu uma ausência notória de programação própria por parte do município. É certo que atravessámos o período pandémico e que os equipamentos culturais estiveram condicionados e sem possibilidades de funcionar, contudo já iniciámos o desconfinamento desde Abril / Maio, com possibilidades de organizar eventos respeitando as normas de segurança e segundo lotações determinadas para os espaços. Verificamos desde então que nada foi programado pelo município. Mesmo no dia do 30º aniversário da Cidade, à excepção do lançamento de um livro, não existiu qualquer evento cultural destinado à população, que pudesse assinalar o dia, bem como dignificar e dinamizar este espaço.-----

Poder-se-á argumentar que está em curso o Programa Volver e RailFest no Museu Ferroviário, contudo estes eventos envolvem outras associações e entidades culturais, não sendo da exclusiva responsabilidade e organização da Câmara Municipal. Nada impede, portanto que se usem os equipamentos culturais da autarquia, Centro Cultural e Cine Teatro S. João, para a realização de eventos culturais de qualidade, como já está aliás a decorrer noutros municípios, e que se possa devolver à população o gosto pela fruição destes espaços e destas actividades. Por outro lado, o argumento de que as actividades, neste momento, deverão ser prioritariamente ao ar livre, não colide com o uso, alternado, de espaços fechados, pois se eles existem e foram reabilitados e devidamente equipados é para serem usados e para serem dotados da respectiva programação. Não esquecendo por fim, que este ano não se realizaram as tradicionais Festas da Cidade, o que poderia ter significado a canalização de algumas verbas, que não foram gastas para esse efeito, para a realização de dois ou 3 bons espectáculos no Cineteatro, justificando assim não só todo o dinheiro investido na recuperação deste espaço, como o gosto e a vontade da população em ter acesso a espetáculos de qualidade. Lamentamos que tal não tenha acontecido, e não compreendemos esta total falta de dinamização destes espaços culturais.»-----

--- **Fernando Barroso (PSD)**: «Reportando-me à “tradicional” informação do Sr. Presidente da CME acerca da atividade mais relevante do Município, recordando o que aqui já se comentou, apelidando o documento de interesse muito limitado, num formato de 85 páginas, misturando o relatoriamto de insignificâncias, com importantes indicadores e acontecimentos do período decorrente.-----

Ressaltemos também que o relatório refere números e acontecimentos de um período demasiado curto, mediando apenas o período desde a última Assembleia Municipal, realizada em 30 de abril.

Quem sabe se a milagrosa “Bazuca” nos trará com uma reforma digital a criatividade de elaborar relatórios mais simples e elucidativos, mostrando tendências e seleção de factores que nos mostrem clara e facilmente a evolução no tempo, particularmente de factores denominados “Key Indicators” “!!

Mas permita-me então algumas questões:

1-Porque será que os Semáforos de trânsito, nos dois cruzamentos de maior movimento ao longo da Avenida Sá Carneiro, levam tantos dias a serem reparados?

2-Rua Costa Machado: O pavimento cada vez mais deteriorado apresenta já algumas deficiências criando algum risco de segurança.

2.1-Pergunta-se para quando a sua reparação

2.2 - Se estará acordada a responsabilidade do construtor

2.3- Se o importante, discutível e complexo projecto do transvase da Ribeira de Sta. Catarina virá ou não a ser ali construído, atrasando ainda mais a reparação do piso!!

3- Pavimentação de ruas: Estando em curso um plano de diversas obras de restauro nos pavimentos de umas ruas, questionamos se estão previstas também intervenções de pequena monta, corrigindo “lapsos” como exemplo em duas localizações que teimam em incomodar quem ali circula!!

3.1 No início da Avenida das Forças Armadas, mesmo ali ao lado dos campos de ténis, existe uma “valeta” atravessando a via, um ressalto que já teve 4 intervenções dos serviços da CME, mas ainda não foi visível a solução do nivelar tal piso...!!

3-2 Na rua José Francisco Corujo, em frente ao quiosque, foi feito um rasgo transversal, na via ...!!

Um ressalto que incomoda e que, se houver um mínimo de sensibilidade e noção de responsabilidade nos serviços respectivos, serão probleminhas fáceis de solucionar, evitando irritar os utentes...!! A menos que não haja treino que habilite os funcionários a ter conhecimento para estas pequenas reparações...!!

Acrescentarei que, várias idênticas situações, conhecemos nos diversos pisos em muitas vias dentro da cidade; ou sejam, desnivelamento das tampas de esgoto são um autêntico martírio para quem ambiciona circular sem ruídos e sem ressaltos, preferindo a segurança e comodidade...!!

Por fim um alerta para uma situação que se mantém, envolvendo viaturas de habitantes do bairro Frederico Ulrich, que, em finais da tarde, princípios da noite, em altíssima velocidade, circulam pela Rua Padre Martinho Mourão, retornando pelas ruas contíguas ao “seu” bairro habitacional, executam em rotundas imensas perigosas manobras, numa demonstração inequívoca de que, sendo um caso de Polícia, nada os inibe, não respeitam nada nem ninguém, ameaçam perigar qualquer peão menos atento ...!!»

--- **Carlos Matias (BE):** “Ainda integrada na atividade municipal e ainda relativamente ao caso da fábrica ilegal de blocos de betão, gostaria de saber se é verdade ou não que o vereador Henrique Leal votou contra a última decisão do executivo, porque, afirmando explicitamente ser a favor do encerramento imediato, era contra a concessão de mais 30 dias para que tal acontecesse.

Faço a pergunta, porque foi óbvia a insinuação de que o vereador Henrique Leal seria a favor da laboração da empresa, o que é falso e nem sequer faria qualquer sentido, perante a reiterada intervenção do vereador sobre esta matéria.”

--- Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual prestou os seguintes esclarecimentos:

--- Ao deputado Pedro Gonçalves, sobre os contentores, informou que quando é assinado

Handwritten marks: a stylized 'Z' or '2' at the top, followed by a signature or set of initials, and a large 'R' below.

um contrato procuramos estar atentos para que o mesmo seja executado no melhor interesse dos munícipes. Nem sempre temos as respostas imediatas como gostaríamos. Têm sido feitos levantamentos rigorosos aos contentores para verificar as suas deficiências. Já foram substituídos 20 dos 114 contentores que identificámos com maior urgência.-----

Leu um e-mail recebido da *Resitejo* que refere “o setor de compras já se encontra a desenvolver as diligências necessárias para o procedimento com vista à aquisição de 100 contentores de 800 litros”. O processo está a avançar com rapidez.-----

--- Ao deputado Fernando Barroso, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o semáforo no cruzamento da Rua Sá Carneiro com a Rua da Barroca foi derrubado por uma viatura particular, mas o assunto está a ser resolvido. Toda a sinalética dos semáforos foi renovada há uma anos e as lâmpadas foram substituídas por LED's. O do cruzamento da Rua Sá Carneiro na altura ainda não tinha necessidade de substituição.-----

Quanto à Rua Dr. Costa Machado, será feita a correção da zona durante o mês de julho pelo empreiteiro.-----

O transvase é uma situação que está a ser estudada com a APA e com as Águas do Vale do Tejo, mas não é uma solução de resolução técnica fácil.-----

--- Em resposta à deputada Fátima Roldão, o Sr. Presidente da Câmara informou que o processo da acessibilidade inclusiva envolve 125 passeadeiras que vão ser rebaixadas e melhoradas, sobretudo para os invisuais. Trata-se de uma empreitada de 230 mil euros que ficou deserta, no entanto, de acordo com a Lei, vamos fazê-la por ajuste direto e será iniciada durante o mês de julho. -----

Quanto ao Programa “Olá estamos aqui” tratou-se de uma iniciativa muito bem acolhida pelas pessoas mais vulneráveis, desempenhada com muito gosto pelos técnicos da Autarquia e alguns voluntários e que destinou a lembrar essas pessoas que estamos todos cá para os apoiar.-----

Continuando, o Sr. Presidente da Câmara mostrou-se perplexo com a afirmação da deputada de que a Câmara não tem programação cultural. Referiu que o Governo, em apoio à cultura, criou linhas de apoio e abriu três avisos com a possibilidade de financiamento de 300 mil euros por programa, a que o Município do Entroncamento concorreu, do seguinte modo:-----

- Em conjunto com os 13 Municípios da CIMT, designado *Os Caminhos das Pessoas*; --

- Em conjunto com os Municípios de Águeda, Vila Velha de Ródão e Castelo Branco – o RAIL FEST – de cujo projeto somos líderes; e-----

- Em conjunto com os Municípios de Torres Novas (líder do projeto) e Vila Nova da Barquinha – o projeto VOLver, no âmbito dos militares e da ferrovia.-----

A nossa estratégia consiste em usar os nossos equipamentos e valorizar o mais possível um equipamento excelente e único no País e na Europa, o Museu Nacional Ferroviário, cuja visibilidade tentamos sempre realçar.-----

PONTO NÚMERO DOIS-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2020 – ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, sintetizando tratar-se de votar a Prestação de Contas do Município relativas à Gestão de 2020. -----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por maioria, na reunião ordinária de 7 de junho de 2021.-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Manuel Faria (PSD):** “A primeira palavra é de agradecimento e reconhecimento para os Serviços do Município pelo trabalho técnico realizado.-----

Posto o anterior, mais uma vez:-----

- Referimos que este relatório apresenta uma introdução e enquadramento económico nacional, mas não disponibiliza dados concretos sobre o concelho nos principais indicadores económicos, sociais e outros, e isso pode ser uma clara oportunidade de melhoria, ainda por cima quando o Executivo afirma ter esses dados disponíveis.-----

Em termos de Demonstração de Resultados:-----

- Verificamos um resultado positivo de 934.176,77 €, que foi obtido através de:---
 - Uma redução das receitas em 5,77% face a 2019.-----
 - Uma redução dos custos de 4,36% relativamente a 2019.-----
- Comparativamente com 2019, o resultado líquido baixou de 1.023.335 € para 934.176,77 €, que apesar de tudo, se deve à diminuição marcante das receitas.-----

Em termos do Balanço do Município, não percebemos muito bem a evolução dos resultados:-----

- Em 2019 os fundos próprios representavam 39,4 % e o passivo 60,56%. Em 2020, o património líquido representou 83,81 % e o passivo 16,19 %?!?! Como se justifica esta inversão tão significativa?-----
- Em 2019 o ativo líquido totalizava 57 milhões de euros. Em 2020 o ativo líquido totaliza 62 milhões e 800 mil euros. Portanto, subiu. Se assim é como se justifica que em 2019 o imobilizado líquido representava 87,8 % do total do ativo, e em 2020 o património líquido representa menos, ou seja 83,81% ?!! Como se justifica? -----
- Para nós, fica muito claro que para além da necessidade de atualização do valor do património, percebe-se o parecer com reservas do revisor.-----

Em termos de Investimento:-----

- Em 2020 o valor do investimento baixou 20% ou em valor, aproximadamente 612.638,00 € passando de 3 milhões e 113 mil € em 2019 para 2 milhões e 500 mil € em 2020.-----

Em termos de Financiamento:-----

. Em 2020 o valor de empréstimos à banca aumentou face a 2019. Passou de 718.500 € em 2019 para 1.130.111 € em 2020, o que representa um aumento de 36,5% e que não se percebe tendo em conta o valor do resultado líquido que vinha de 2019, e o corte nas despesas em 2020; ou seja, existiu um resultado líquido bastante positivo que vinha de 2019, mas aumentou-se o valor dos empréstimos e realizou-se menos investimento e menos despesa e no final o excedente de 2020 foi menor. E como não foi a pandemia que esteve na origem deste fenómeno.-----

Em termos do PPI (Plano Plurianual de Investimentos):-----

Em 2020 registamos novamente um valor relativamente mediano de execução – 61,81%.

- Somos a registar ainda um peso muito significativo das funções económicas face às funções gerais e sociais num ano de crise pandémica:-----

Designação	Despesa paga	Peso no total do PPI
Objetivo 1 - Funções gerais	158 681,43	6,35%
Objetivo 2 - Funções sociais	548 925,10	21,95%
Objetivo 3 - Funções económicas	1 793 257,95	71,71%
Objetivo 4 - Outras funções	0,00	0,00%
Total PPI	2 500 864,48	100,00%

Em termos de Taxa de Execução da Receita:-----

- Fechámos 2020 com 88,85%, melhor que 2019 com 85,45%, mas quando a maioria dos municípios já se encontra acima dos 90%.-----

De igual modo, em termos de Taxa de Execução da Despesa:-----

Handwritten marks: a circled 'R' and some scribbles.

- Passámos de 84,86% em 2019 para 81,80% em 2020, quando a maioria dos municípios também apresenta uma evolução inversa e valores acima dos 90%.---

Derrama:-----

- A variação negativa da derrama em 2020 relativamente a 2019 reflete o efeito da crise pandémica. Contudo, em termos de receita espelha uma atividade económica do município muito sensível e subdesenvolvida quando comparada com outros municípios “equivalentes”.-----

Registamos com desagrado a tendência de diminuição dos **Rendimentos de Propriedade** verificada em 2019 (- 207m€) e agora em queda outra vez em 2020 (- 19,3m€) que é um importante indicador de investimento na cidade.-----

Cultura:-----

- Houve uma quebra compreensível em 2020 que permitiu libertar verbas na ordem dos 300 mil euros para outras despesas, que ainda hoje temos dificuldade em identificar com precisão a respetiva alocação quando ainda por cima tivemos menos realização de despesa.-----

Designação	2017	2018	2019	2020
Promovidas pelo município	208.858	271.819	296.669	51.586
Apoios financeiros a entidades	9.750	9.460	7.594	7.226
Total	218.608	281.279	304.262	58.812

Desporto:-----

- Registou-se uma quebra dos apoios de 2017 para 2018 e novamente de 2019 para 2020.-----

Designação	2017	2018	2019	2020
Promovidas pelo município	3.575	7.888	2.805	165
Apoios financeiros a entidades	68.539	61.605	69.257	65.486
Total	72.114	69.493	72.061	65.651

Ação Social:-----

- Registou-se uma quebra dos apoios desde 2017 para 2018 e novamente de 2019 para 2020.-----

Designação	2017	2018	2019	2020
Ação social	61.179	53.382	55.483	49.742

Quando olhamos para os Quadros dos Principais Indicadores Financeiros do Município registamos em síntese:-----

- **Aumentámos o valor dos empréstimos de 2019 para 2020:**-----

receitas de empréstimos / receitas orçamentais totais	1.200.407,00	7,86%	718.500,00	4,79%	1.130.111,00	7,18%
	15.275.116,75		15.012.293,78		15.737.889,09	

- **Diminuímos a cobrança de receitas:**-----

receitas correntes(cobrado líquido) / receitas orçamentais totais	12.390.425,15	81,12%	12.548.763,56	83,59%	12.988.380,67	82,53%
	15.275.116,75		15.012.293,78		15.737.889,09	

- **Aumentámos as despesas correntes sobre as despesas totais:**-----

despesas correntes / despesas totais	11.206.547,64	73,53%	10.991.850,81	69,97%	10.576.524,22	72,99%
	15.241.136,28		15.709.804,42		14.489.869,98	

- **Diminuímos o valor dos investimentos:**-----

investimentos (bens capital) / despesas de capital	2.542.864,64	63,03%	3.113.503,13	65,99%	2.500.864,48	63,91%
	4.034.588,64		4.717.953,61		3.913.345,76	

As transferências de capital dependentes de projetos de investimento diminuiram quase 10 pontos percentuais:-----

	2018	2019	2020
transferências de capital / receitas de capital	53,94%	66,35%	54,52%

- Faltam aqui valores para o desemprego da nossa cidade, infelizmente a crescer desde 2018 – em 31 de dezembro de 2018 estavam inscritos no IEFEP (418); Dezembro de 2019 (429); Dezembro de 2020 (515); Abril de 2021 (527); o que significa que nada do que tem vindo a ser anunciado representa a criação efetiva de emprego sustentável, mas sim muitos postos de trabalho precário. E agora com a COVID-19 e a péssima gestão da mesma por parte do governo, a situação agravou-se e vai agravar-se.-----
 - Faltam dados sobre a dinâmica empresarial e dos negócios. O Entroncamento continuou em 2020 no grupo dos concelhos com menos negócios criados.-----
 - O peso baixo da Derrama em 2020, 2,37% continua a representar um nível muito relativo e volátil da nossa atividade económica e da sua capacidade em criar valor de forma sustentável.-----
 - Quando olhamos para a política de apoio às Associações, esse centro nevrálgico da nossa comunidade, e o qual tem vindo a diminuir, verificamos que a maioria desse desportivas, que só continuam a crescer por mérito próprio e por poderem praticar as apoios está ligado a atividades suas modalidades no edificado construído por aqueles que tiveram a visão de o fazer.-----
Valorizamos, por isso, o parecer do Revisor que afirma, com reservas, que a informação que lhe foi transmitida está de acordo com os documentos mas, mais uma vez valorizamos apenas instrumental e materialmente, a obtenção de um saldo positivo.”-----
- **Carlos Matias (BE):** “A nível nacional e, naturalmente, também a nível concelhio, o ano passado foi um ano atípico, por más razões, devido à COVID 19. O quadro pandémico teve incidência da gestão municipal, quer pelos reflexos na evolução das receitas, quer pela execução ou até mesmo pela não execução de algumas despesas.-----
A doença exigiu e, infelizmente, continua a exigir uma ampla e continuada resposta no domínio sanitário muito para além das competências e dos recursos municipais. Mas também, como sublinhou o vereador Henrique Leal na reunião do executivo, nos domínios da economia e do social, em que a intervenção municipal poderá e deverá ter um papel muito mais assertivo.-----
A diminuição da actividade económica reflectiu-se na redução de algumas receitas significativas. Daí alguns desvios significativos nas receitas correntes, como é o caso da diminuição da receita na rubrica loteamentos e obras.-----
Ainda assim, tal como na Câmara, nos impostos directos, O Bloco assinala a subida significativa do IMT, a ultrapassar a previsões de 789 mil euros e indo além dos 900 mil euros. Também a cobrança do IUC, imposto que assegura uma receita significativa, ultrapassou a previsão em 7%.-----
Também aqui, chamamos à atenção para a crescente subida na receita da percentagem no IRS cobrado. Tendo em conta o quadro de quase generalizado congelamento dos salários, tal evidencia uma vez mais a necessidade de desdobrar os escalões, acentuando a progressividade do imposto. É o que o Bloco de Esquerda há muito vem defendendo e proposto, mas que os governos PS têm recusado sistematicamente, em linha aliás, com as opções de anteriores governos PSD e CDS.-----

Globalmente, as receitas ficaram abaixo do previsto, o que é natural e era expectável. Mas, ainda assim, houve uma subida no nível de execução em relação ao ano anterior, afastando-se do desvio máximo admissível de 15%.-----

A pandemia levou, por outro lado, à redução de algumas despesas orçamentadas, como a relativa à aquisição de bens e serviços. Basta lembrarmo-nos por exemplo de que não houve gastos com as festas de cidade.-----

Contudo, quando era precisa uma resposta social mais robusta e, consequentemente, mais exigente financeiramente, é precisamente quando a poupança corrente atinge um valor que ultrapassa os 2 milhões e 400 mil euros.-----

A maioria que gere a câmara fez a opção política de poupar mais precisamente quando era necessário gastar mais no plano social. -----

Sim, sabemos que o nível de investimento exige recursos que têm de vir de algum lado, motivo invocado para justificar o esforço de poupança nas despesas correntes. -----

Mas a hora era e é de exigência na resposta social e cada coisa tem o seu tempo.-----

Na reunião da Câmara Municipal que fez esta apreciação, o vereador do BE, Henrique Leal, listou de forma crítica alguns dos itens que indevidamente alimentaram a dita “poupança”. -----

Poupou-se, mantendo os cortes nos subsídios às associações e coletividades, herança ainda dos tempos do PAEL do PSD. -----

Poupou-se mantendo ausência de investimento significativo em habitação municipal.----

Poupou-se à custa de um investimento miserabilista na Biblioteca, já de si com dotações orçamentais insignificantes.-----

Poupou-se, abdicando de uma evolução mais acentuada para a gratuidade geral dos transportes públicos.-----

Inclusivamente, poupou-se à custa de itens financeiramente pouco relevantes, mas socialmente significativos como os cabazes de Natal, o Cartão Entroncamento Solidário e o Projeto Viver + ativo. As respectivas dotações ficaram longe de serem cumpridas, em linha, de resto, com o incumprimento em 2019. -----

E faltou, a redução da derrama para as microempresas e pequenas empresas, como sempre defendemos, que levaria a uma pequena redução na receita municipal de 308 mil euros, mas significativa para quem tenta manter pequenos negócios. -----

Não ignoramos nem menorizamos o investimento que tem vindo a ser feito e cujas operações sempre aprovámos. Neste capítulo, apesar de tudo continuam a faltar, por exemplo, a Biblioteca ou a esquadra da PSP, esta constante no orçamento para 2020 com 717 mil euros, mas que ainda não arrancou.-----

Portanto valorizando embora os investimentos feitos, cremos que teria sido a hora de olhar mais para a dimensões social, cultural e ambiental da cidade que só timidamente se afirmaram na gestão municipal durante ao ano de 2020. -----

Votaremos em conformidade com esta nossa apreciação.”-----

--- **António Ferreira (CDU):** “Estamos perante uma execução orçamental de continuidade, não fosse a pandemia e seria mais do mesmo. -----

Estas são as escolhas políticas e estratégicas do PS e restantes partidos do executivo. Aliás como ficou patente na votação deste ponto no executivo: PS votou favoravelmente e PSD e BE deixaram passar – abstiveram-se.-----

Um prestar de contas de um executivo pouco preocupado com o social e a qualidade de vida dos entroncamentenses, diríamos que esta não é a prestação de contas da “cidade para as pessoas”.-----

- Ficam os verdes urbanos e jardins pouco cuidados, até o jardim da Zona Verde está a necessitar de intervenção; -----

- Apesar de algum investimento, o ritmo de renovação e de reparação no verde urbano não acompanha as necessidades decorrentes da deterioração do tempo; -----
 • Na mobilidade urge a intervenção no alcatroamento e reparação de ruas; -----
 • Falta a substituição de sinalização e sua manutenção; -----
 • Falta a qualidade no mobiliário urbano e a regular manutenção das floreiras;-----
 • Faz falta um ordenamento do trânsito adequado e com novas alternativas.-----
 Também não são as nossas escolhas - a facilidade de aceitação de transferência de competências, sem luta, e a entrega do sistema de recolha de resíduos sólidos em baixa:
 • Este executivo “tricolor”, quer por aceitação, quer por omissão, aceitou dezenas de competências e não se preocupou com a sua regulamentação, nem com os meios necessários indispensáveis para fazer face às novas exigências legais; -----
 • Este executivo entregou a recolha de resíduos sólidos a uma empresa com serias dificuldades para levar a bom porto uma tarefa essencial que os trabalhadores desta autarquia desempenhavam bem, e só não o faziam melhor porque lhes faltavam os meios e não havia investimento; -----

Não me vou pronunciar sobre a execução orçamental de 2020 rubrica a rubrica porque em tempos de pandemia os argumentos não faltam para criticar: o aumento da dívida, a falta de apoio às associações, o chamar à liça o famigerado PAEL do PSD, etc... etc...durante estes anos todos, as opções do executivo foram norteadas pela obsessão pelo calote deixado pelo PSD, que levou a uma diminuição drástica do endividamento – claro! Mas à custa da falta de despesa em áreas fundamentais. -----

Sobre as preocupações com o tecido produtivo local e a atração de investimento para o concelho oferece-nos dizer o seguinte: -----

- O executivo camarário, devia ter-se preocupado com questões de relevo como a intervenção na Zona Industrial, a Circular de Ligação à A23, a remodelação da Linha do Norte, a Remodelação da Estação do Entroncamento, a passagem desnivelada na linha do Oeste, a construção da biblioteca, a revisão do PDM, etc...; -----
- As autarquias do Médio Tejo não conseguiram influenciar o Plano de Recuperação e Resiliência; -----
- Umhas questões dependem de nós, autarquia, outras só lá vamos pela luta que envolva as populações. -----

Por fim queríamos deixar uma palavra de louvor aos trabalhadores desta câmara que em situação difícil de falta de meios e de pandemia continuaram a dar o melhor de si aos entroncamentenses”. -----

--- **Carlos Alfaia (PS)**: «Gostaríamos de tecer algumas considerações relativamente ao Relatório de Gestão do Município, relativamente a 2020.-----

No global, a receita apresentou um grau de execução de quase 89%, cumprindo assim o critério estabelecido no artigo 56.º da Lei 73/2013, o qual fixa em 85% o limiar mínimo para a taxa de execução da receita em 2 anos consecutivos.-----

No capítulo da despesa, destaca-se a despesa de capital paga que regista uma execução de mais de 71%. É de destacar que a rubrica mais relevante neste capítulo é a aquisição de bens de capital, com mais de dois milhões e quinhentos mil euros, e é um reflexo do investimento realizado durante o ano.-----

O resultado líquido do exercício foi de quase um milhão de euros o que atesta, Srs. Deputados, o rigor da gestão deste executivo.-----

Uma palavra, também, para a dívida herdada da gestão do PSD.-----

Relativamente ao ano anterior, houve uma diminuição da dívida global em mais de 11%. Aliás, esta redução da dívida tem sido constante ao longo dos anos.-----

A título de exemplo, desde 2017 a redução da dívida foi de quase dois milhões e meio de euros.-----

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mantendo níveis de investimento na cidade que se consubstanciam em obras estruturantes como sejam: a reabilitação dos bairros históricos, a aposta em novas centralidades e equipamentos. Neste âmbito, é de destacar o Parque Empresarial do Entroncamento, que tem sido alvo do interesse de numerosas empresas, algumas já em fase de instalação.-----

Sr. Presidente, Srs. Deputados-----

Sinceramente, pensava, à data de hoje, estarmos aqui a falar da epidemia já um pouco no passado.-----

O avanço da vacinação, a par da diminuição consistente de casos, mortes e internamentos, permitia antever uma ténue luz ao fundo do túnel.-----

Infelizmente, parece estarmos a assistir a um aumento de casos e de internamentos.-----

A epidemia de SARS-cov2 representou um desafio para todos nós e a bancada do Partido Socialista não pode deixar de saudar o Executivo Municipal e os seus trabalhadores, pela forma como souberam liderar estes tempos tão estranhos, contribuindo para que o Entroncamento nunca tenha estado na linha da frente da pandemia.-----

Sem querer ser exaustivo, destaco a criação da linha social de emergência COVID19, que tem como finalidade apoiar idosos, pessoas com deficiência e famílias com maior vulnerabilidade fornecendo refeições, medicação e apoio psicológico;-----

A criação do Banco de Voluntariado, que conta com 77 voluntários, visando o contacto com todos os utentes do cartão do idoso;-----

Permitiu-se a prorrogação do prazo de pagamento das rendas de habitação social;-----

Apoio a famílias em situação de vulnerabilidade com o reforço extraordinário de cabazes de bens alimentares;-----

Apoios no âmbito da educação emprestando tablets, computadores e hotspots de Internet; Isenção de rendas e taxas municipais durante o confinamento.-----

Em suma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, também durante a pandemia o executivo do Partido Socialista fez jus ao seu lema: “Uma cidade para as pessoas!”»-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP)**: Afirmou que “podíamos e devíamos” ter feito mais a nível de apoios sociais.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS-----

--- O ponto número dois foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, um voto a favor do CDS-PP, um voto contra da CDU, seis abstenções do Partido Social Democrata, três abstenções do Bloco de Esquerda, e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

--- Pelo deputado **Manuel Faria (PSD)** foi apresentada a seguinte declaração de voto:---

«Temos um relatório com contas aprovadas por um Revisor, mas uma coisa, são as contas, outra coisa completamente diferente, é o resultado da gestão e dessas contas no dia-a-dia dos municípios e agentes da cidade. O que o Revisor não atesta, é o que vai para além dos números, é a vida das pessoas quando abrem a porta de casa e saem para a rua.-----

Com efeito, o que podemos verificar neste relatório e na realidade é:-----

. A dificuldade do Executivo em investir assertivamente nos projetos certos face àquilo que são hoje as tendências de desenvolvimento dos municípios e das sociedades com vista a criar uma cidade moderna, atualizada, sustentável em todos os seus domínios, segura, com uma oferta rica económica, social e culturalmente;-----

. A dificuldade do Executivo em responder às necessidades e prioridades correntes da cidade.-----

O que os números deste relatório de Contas não traduzem, é a realidade da nossa cidade:

. Paradigmaticamente, temos os equipamentos e as infraestruturas construídas pelos anteriores Executivos cheios e os poucos construídos por este Executivo PS vazios;-----

. Uns construíram ciclovias, este Executivo, torna-as inseguras;-----

Handwritten marks: a stylized 'A' or 'B' at the top, followed by a circled 'S' or 'B', and a checkmark-like symbol below it.

. Aquilo a que chamam de criar novas centralidades e recuperação dos bairros sociais complexos para desguetizar, atendendo ao tipo de crescimento específico da população, é sim criar na cidade novas praças Martim Monizes; é aumentar a insegurança, como bem temos verificado nos muitos incidentes recorrentes. Em vez de uma cidade moderna, dinâmica e inclusiva, criaram uma cidade insegura, reforçaram o carácter de subúrbio e dormitório da cidade, muito longe sequer de ser uma cidade estrategicamente suburbana. É este o verdadeiro resultado de mais um relatório de Gestão, agora de 2020.-----

. A reabilitação urbana foi e continuou a ser em muitos casos desadequada. Esta deveria ser para uma habitação e mobilidade sustentável e a própria recuperação do património deveria ser estratégica para a marca Cidade Ferroviária e não memorial e memória apenas para o ego do Executivo. Não houve sentido de ligação e aproveitamento de sinergias com outras áreas como o comércio, a indústria, o turismo...e mais uma vez a falta de qualidade, de gosto e de ambição estiveram bem presentes. Na rua Eng.º Ferreira Mesquita, por exemplo, em vez de uma Rua Ferroviária, criaram uma “Rua da Talocha”, que parece ter pegado moda.-----

. O Parque Verde do Bonito, depois de 8 anos ao abandono, a zona que mobiliza mais as famílias na cidade, teve uma única intervenção importante; os Campos de Padel foram parar ao lado de um Hipermercado e de uma Autoestrada; uma hamburgueria foi parar num bairro habitacional entre moradias e um prédio; uma bomba de gasolina ficou em cima da zona habitacional, de desporto e lazer mais nobre da cidade; os acessos e saídas a essa bomba de gasolina ficaram a atravessar a ciclovia mais movimentada da cidade frequentada por crianças, jovens, adultos e idosos;-----

. Tivemos mais uma vez um investimento aquém das necessidades nos equipamentos desportivos e um apoio às associações sem surpresa. Talvez seja por isto que existam neste momento associações da nossa cidade a contactar autarquias de concelhos vizinhos para verificarem a possibilidade de utilizarem os seus equipamentos, bem como atletas das nossas associações a mudarem-se para outras de outros concelhos;-----

. Não tivemos orçamento para arruamentos, passeios, ou mandar pintar o túnel sem ser em ano de eleições;-----

. O Cine S. João – foi concluído e inaugurado e infelizmente foi também mais uma solução pouco ambiciosa com uma clara limitação do seu potencial e com alguns problemas técnicos como a iluminação e os problemas sérios de acústica e isolamento quando chove;-----

. A Praça do mercado diário ficou pouco funcional, pouco acolhedora e atrativa, e os problemas graves de climatização e desconforto do mobiliário mantêm-se.-----

Este é o verdadeiro resultado do Relatório de Contas de 2020:-----

. Na Ribeira de Santa Catarina – criaram uma péssima solução de estrangulamento com prejuízos graves para a população e comerciantes em 2019 e 2020;-----

. As obras tão necessárias de reparação e beneficiação das escolas ficaram por realizar o ano passado;-----

. As habitações sociais da Rua General Humberto Delgado ficaram com problemas graves de infiltrações, degradação extrema de equipamentos básicos e saneamento (e até de saúde pública) que voltaram a agravar-se por não terem sido resolvidos em 2020;-----

. Mantemos uma esquadra, apenas em projeto, aquém das necessidades, potencial e características da cidade;-----

. Não houve capacidade para resolver a revisão do PDM;-----

. O projeto da Estrada da Barroca desapareceu de vez do plano de trabalhos;-----

. Não há registo mais uma vez de projetos para as acessibilidades e ligações estratégicas da cidade no relatório de 2020;-----

FD
12
13

. Para além de muitos problemas graves já referidos, outros problemas começaram já a aparecer nas obras realizadas por este Executivo onde nem a simples pavimentação da Rua Costa Machado correu bem;-----

. É com muita tristeza que verificamos que tivemos mais uma vez um exercício que demonstrou que, na nossa cidade, existem dois tipos de jovens: aqueles que são dos grupos dos amigos e de membros do PS, e os outros. Será que neste exercício de 2021, os 5.000 euros previstos no orçamento, chegam para ir distribuir vales de bebidas à porta da Escola Secundária e organizar festas da juventude antes das eleições? -----
Tudo isto e muito mais, é o verdadeiro e o real saldo deste Relatório de Contas de 2020. É o verdadeiro saldo da gestão deste Executivo, que nenhum Revisor ou município aprovaria.-----

Por isso, tem e merece, no mínimo, a nossa abstenção.»-----

PONTO NÚMERO TRÊS

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2021/2022, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, informando que se trata de conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual do Fornecimento de Refeições Escolares para o Ano Letivo de 2021/2022, ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares, celebrado pela central de compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; este procedimento tem repercussões em mais de um ano económico, prevendo-se que o seu valor não ascenda 256.656,60€ + IVA à taxa legal em vigor, equivalente ao fornecimento de 142 587 refeições, assim repartido: Ano Civil 2021 – 92.903,40€ + IVA à taxa legal em vigor; Ano Civil 2022 – 163.753,20€ + IVA à taxa legal em vigor, despesa plurianual não enquadrável na Autorização Prévia aprovada pela Assembleia Municipal para 2021. -----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por unanimidade, na reunião ordinária de 17 de maio de 2021.-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **António Mascarenhas (PSD):** “Este assunto é muito sensível para utentes, pais e em geral para toda a população. A bancada do PSD vai votar a favor, chamando a atenção do executivo para a necessidade de fiscalizar, ouvir os utentes e comissão de pais e medir a qualidade e quantidade das refeições e seus componentes.”-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP):** Referiu igualmente a pouca quantidade e a falta de qualidade das refeições servidas às crianças nas Escolas.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS

--- O ponto número três foi aprovado por unanimidade, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO

criação de uma nova NUT II Oeste e Vale do Tejo

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, referindo que se trata de deliberar solicitar ao Governo a criação de uma nova NUT II Oeste e Vale do Tejo. Para esse efeito, apresentou a seguinte Moção, para aprovação pela Assembleia Municipal e envio ao Governo, às Comunidades Intermunicipais do Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste e que se inicie, em simultâneo, um trabalho que leve à criação desta nova NUT II.-----

Handwritten marks and signatures in the left margin.

“Moção - No final de 2020, o Governo assinou com as CIM — Comunidades Intermunicipais do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo um memorando de entendimento, tendo em vista a criação duma ITI — Investimentos Territoriais Integrados.-----

O documento é assinado, para além dos Presidentes das referidas CIM, pelos Senhores Ministro da Modernização do Estado e da Administração Pública, Ministro do Planeamento e Senhora Ministra da Coesão Territorial, facto em si bem caracterizador da dimensão institucional do documento.-----

Este documento surge na esteira da Resolução do Conselho de Ministros, de 29 de outubro desse mesmo ano, que define os “princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativa a 2021-2027”.- Nesta RCM consagra-se, também, “a importância dos instrumentos integrados com suporte ao desenvolvimento territorial realçando em particular as Intervenções Integradas de Base Territorial.”-----

Considera a referida RCM que a área geográfica das três CIM’s, a que correspondem respetivas NUT III, articulada com a NUT II/CCDR Lisboa e Vale do Tejo, “apresenta uma identidade própria com dinâmica relevante na esfera de articulação com RLVT, no contexto das grandes regiões capitais europeias e da valorização do seu potencial de interface entre a Europa e o Mundo”.-----

Este foi, aliás, o elemento determinante para a elaboração do PROT- OVT (Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo) - RCM n2 30/2006 de 23 de março. PROT com objetivos muito claros, nomeadamente:-----

- Preservação da competitividade da agricultura e das explorações agrícolas;-----
- Definição de um modelo sustentável de desenvolvimento turístico;-----
- Definição do modelo de gestão territorial.-----

O mesmo documento acentua, referindo-se a todo o vasto território da NUT II LVT, a “acentuada polarização metropolitana encerrando, simultaneamente, uma grande diversidade interna refletida em unidades sub-regionais bem definidas nas suas características próprias e detentoras de fortes identidades territoriais, económicas e culturais”.-----

Análise anteriormente sustentada por conceituados geógrafos e antropólogos que consideram mesmo o Oeste e o Ribatejo (designação da antiga Província a que corresponde o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo) o “limite setentrional da civilização mediterrânica” (Prof Orlando Ribeiro “Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico”).-----

Oeste, metade sul da antiga Estremadura, da qual se “individualizou”, que com o Médio Tejo e a Lezíria são o “anexo rural” da região metropolitana de Lisboa, a sua “cintura verde”, constituem regiões que se entrelaçam.-----

Também um recente trabalho de investigação da responsabilidade da Fundação Calouste Gulbenkian, intitulado “Arco Metropolitano de Lisboa” (2017), ao definir “clusters de desenvolvimento” refere para o Oeste, a Lezíria e o Médio Tejo:-----

- Megaclusters com base nos recursos naturais endógenos: Agricultura e Agro-Indústria.

No plano do Turismo a centralidade geográfica no território nacional, os fáceis acessos rodoviários e a proximidade ao Aeroporto de Lisboa e a Capital, a par duma paisagem rural onde pontuam os extensos vinhedos (hoje também enquadrados em diversos circuitos das Rotas do Vinho), as suas colinas, planícies e mesmo a campina, o património edificado a extensão da sua costa atlântica (que a par com o Tejo tem um potencial único para os desportos náuticos) e a amenidade climática ao longo de todo o ano, conjugada com a excelência dos seus resorts (mormente golf), oferta hoteleira ou de turismo rural, fazem deste território de 36 Municípios e milhares de km2 um invejável destino turístico que, sob a égide da Marca Internacional Lisboa, em muito pode reforçar a qualidade da oferta turística nacional, com impacto muito significativo no PIB nacional.-----

O projeto ITI vem reforçar uma lógica e estratégia sustentada de trabalho conjunto assentes:-----

1. Num plano que contemple as principais ações e investimentos estruturantes de interesse comum, a respetiva calendarização e uma estimativa dos recursos financeiros envolvidos;
2. Num modelo de governação com gestão própria, envolvente e participativa, assessorada por uma estrutura de apoio técnico exclusiva para o efeito;-----
3. No compromisso das CIM's Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo em liderar o processo de criação e estruturação de uma Intervenção Integrada, tendo por base uma estratégia comum ao seu território e o quadro regulamentar que vier a ser definido.-----
4. Na previsão, pelo Governo, da inclusão de uma ITI para as referidas NUT III, para o período 2021-2027;-----
5. Na promoção da constituição, pelo Governo e pelas CIM's, de um grupo técnico de trabalho com o objetivo de propor o conteúdo e o texto final do contrato programa a celebrar que deve:-----

- i. acompanhar e apoiar a elaboração da estratégia e Programa conjunto;-----
- ii. diligenciar a operacionalização desta iniciativa;-----
- iii. mobilizar os atores e programas que se venham a demonstrar relevantes.-----

Pelo exposto, tendo presente as perspetivas integradoras para um desenvolvimento sustentável e a vantagem de uma estratégia transversal às três denominadas sub-regiões, e uma vez que está delineada, finalmente, a possibilidade de um caminho participado e comum:-----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, em sessão de 29 de junho de 2021, congratula-se com todo o entendimento e bases programáticas expressos, e propõe ao Governo e às Comunidades Intermunicipais do Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste, enquadradas na referida ITI e que se inicie, em simultâneo, um trabalho que leve à criação de uma nova NUT II que inclua Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste., possuidora já, como se referiu, de um Plano Regional de Ordenamento do Território, instrumento chave a justificar, também, esta proposta.”-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções: -----

--- **António Ferreira (CDU)** que manifestou as suas reservas quanto a este assunto e questionou qual será a próxima cartada do Partido Socialista para adiar a descentralização. Está a vir aos órgãos autárquicos um memorando de entendimento sobre a Criação de uma nova NUT II Oeste e Vale do Tejo que abrange os territórios das regiões NUT III das actuais Comunidades Intermunicipais (CIM) do Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste. Aprovamos o “Memorando de Entendimento” com muitas reservas sobre as intenções e as contradições do documento que em matéria de organização e gestão do território não dá resposta. -----

1. - Trata-se, mais uma vez, de conversa política para efeitos eleitorais imediatos, do PS, claro está! Mais uma vez não há uma estratégia de futuro; -----
2. - No passado a manipulação que o PS fez para servir os seus – espalhou as três NUT III (CIM do Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste) – por Alentejo (?) e Centro, dá razão, agora, para apresentar como razoável juntar as três CIMs numa NUT II, ou seja a manipulação do PS de 20 anos atrás dá novo “momento” de propaganda ao PS! Perguntamos qual será a próxima cartada do PS para adiar a efectiva descentralização e regionalização? -----
3. - Esta proposta muito virada para sacar fundos não dá respostas em matéria de organização e gestão do território e não corresponde aos princípios que defendemos. Só a regionalização, consagrada na constituição, com a eleição democrática dos seus órgãos e sua autonomia administrativa (por implementar), abrirá o caminho ao desenvolvimento efectivo e dará resposta aos problemas das populações na dimensão regional; -----

4. - Sendo esta uma deliberação, supostamente, para facilitar o acesso a fundos, votamos a favor continuando a lutar por uma solução de futuro – a regionalização. -----

--- **Reinaldo Amarante (BE):** «A bancada do Bloco de Esquerda votará a favor da solicitação ao governo que inicie um trabalho que leve à criação de uma nova NUT II que inclua Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste.-----

Fazemo-lo porque vemos vantagem na criação de uma nova NUT II, independente da área Metropolitana de Lisboa, que permita atender às especificidades das regiões hoje englobadas nas NUT III do Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste, que, como é lembrado são “unidades sub-regionais bem definidas nas suas características próprias e detentoras de fortes identidades territoriais, económicas e culturais.”-----

Uma nova NUT II que permita dar coerência entre o respetivo Plano Regional de Ordenamento do Território – PROT e o quadro da União Europeia que lhe assegura muito significativa parte dos financiamentos, suportando a respetiva execução.-----

Uma nova NUT II que, além disso, crie um quadro articulado com a já aprovada operação de ITI – Investimentos Territoriais integrados e integrando progressivamente e de forma mais coerente muitos dos serviços da administração descentralizada do Estado.-----

Ocasionalmente, há quem se oponha a alterações na configuração das NUTs com a necessidade de manter a estabilidade do quadro administrativo territorial.-----

Ora, a estabilidade de um quadro administrativo territorial desadequado e até em contradição com a realidade e as necessidades desses territórios, esse é que é, em si, um profundo factor de instabilidade que prejudica essas populações e territórios no seu desenvolvimento.-----

Os três obstáculos que criam essa instabilidade e mais dificultam as regiões de municípios de dimensão média (nem metropolitanos nem rurais) são: recursos financeiros insuficientes, capacidade limitada de fazerem ouvir a sua voz e ausência de uma visão estratégica clara e estável de desenvolvimento territorial por parte do Estado que proporcione um contexto de previsibilidade a cidadãos, empresas e outras organizações. Mas, também não são as CIM que superam esses obstáculos, potencialmente são as regiões administrativas previstas na CRP.-----

Dito isto – que se nos afigura suficiente para o nosso voto favorável – não deixamos de sublinhar dois aspectos muito críticos deste processo.-----

Em primeiro lugar, consideramos que as prioridades atribuídas à nova NUT II não devem decorrer da sua consideração como “anexo rural” da região metropolitana de Lisboa, como é afirmado.-----

Esta visão de anexo rural para as nossas regiões é tributária de uma visão redutora para o nosso desenvolvimento regional, assente no “azul e no verde”, como já há muitos anos teorizava Augusto Mateus. E muito menos, reduzimos o potencial destas nossas regiões ao acolhimento de “Megaclusters com base nos recursos naturais endógenos: Agricultura e Agro-Indústria.”-----

Recusamos a visão das nossas regiões como um anexo rural que alimenta a Grande Lisboa e onde fluxos turísticos vêm apreciar os “extensos vinhedos” e o “património edificado”, aproveitando para disfrutar da reconhecida “amenidade do clima”.-----

Essa é uma perspetiva de desenvolvimento redutora e inadmissível, regularmente vendida aos autarcas por bem pagos “distribuidores de vocações” a territórios.-----

Pergunto: que sentido faz, por exemplo, ignorar o enorme potencial do histórico cluster ferroviário, no Entroncamento? Nós que, no nosso pequeno território concelhio praticamente não temos espaços rurais, no futuro vamos limitar-nos a vender bilhetes aos turistas para apreciarem o espólio do Museu Nacional Ferroviário?-----

É o absurdo total e não contem com o Bloco de Esquerda para o avalizar politicamente.-

O futuro destas regiões deve ser, antes de mais, definido por quem cá vive – o que nos remete para um outro aspecto fundamental: alterações na orgânica e/ou na dimensão das NUTs, ainda que pontuais e positivas, não podem fazer esquecer a absoluta imperatividade de avançar com o processo de regionalização.-----

É urgente a aprovação de uma Lei de Bases da Regionalização, da qual depende a instituição em concreto das regiões nos termos constitucionalmente previstos.-----

Esse é o processo que é preciso desencadear, para assegurar não só coerência entre os diversos instrumentos e agentes de intervenção no território, mas, sobretudo, para garantir coerência democrática com a vontade das populações que aí vivem, expressa em eleições regionais com sufrágio universal.-----

As populações das regiões devem poder escolher democraticamente as suas políticas regionais e os órgãos das regiões que os vão executar.-----

Essa é a coerência fundamental que continua a faltar e que não é assegurada por uma pseudodemocracia das CCDDR que não passa de uma distribuição de lugares entre quadros do PS e quadros do PSD, a partir de uma eleição que deveria ter feito corar de vergonha qualquer democrata.»-----

--- **António Mascarenhas (PSD):** “A bancada do PSD concorda com o texto proposto que votará favoravelmente e considera que este é um passo para o futuro da organização administrativa do continente ao nível regional e saúda a iniciativa que, partindo de baixo para cima, permite confiar na continuação da metodologia para atingir o previsto na Constituição da República.”-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO-----

--- Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocada à votação esta Moção, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática, um voto do CDS-PP e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO CINCO-----

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO TRIPARTIDO A CELEBRAR ENTRE A COTINELLI TELMO - COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA, A COOPTÉCNICA GUSTAVE EIFFEL - COOPERATIVA DE ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL, CRL E A CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, PARA O DESENVOLVIMENTO DE CURSOS SUPERIORES NO ENTRONCAMENTO, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, referindo tratar-se de aprovar a Minuta de Protocolo de Colaboração Tripartido a celebrar entre a Cotinelli Telmo - Cooperativa de Ensino Superior e Investigação Científica, a Cooptécnica Gustave Eiffel - Cooperativa de Ensino e Formação Técnico Profissional, CRL e a Câmara Municipal do Entroncamento, através do qual as partes estabelecem os princípios orientadores destinados a estabelecer os termos para uma cooperação mútua, que visa o melhor desempenho das respetivas missões, aproveitando as potencialidades de cada uma, valorizando a ação de todos, tendo em vista a lecionação de Licenciaturas, Mestrados e Pós-Graduações nas instalações da Cooptécnica, no Campus Académico Gustave Eiffel do Entroncamento.-----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por unanimidade, na reunião ordinária de 7 de junho de 2021.-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções: -----

--- **Carlos Matias (BE):** «Tal como o Bloco de Esquerda oportunamente afirmou na Câmara Municipal, consideramos positiva a iniciativa de promover o ensino superior no

Entroncamento, assim como a opção de fazer incidir esse ensino em áreas ligadas ao transporte ferroviário e à logística.-----

Daqui poderão surgir oportunidades de valorização a jovens da nossa cidade e da nossa região, assim as propinas não assumam valores de tal modo elevados que, na prática, bloqueiem o acesso de muitos jovens à formação proposta.-----

Por outro lado, é certo que o nosso concelho poderá ganhar relevância nas áreas do transporte ferroviário e da indústria associada, bem como à da logística, atraindo estudantes e investigadores nacionais e estrangeiros.-----

Prevê-se a implantação no Entroncamento de um Centro de Inovação Tecnológica / Incubadora de Empresas.-----

Ora, não se vislumbra qual será a articulação deste novo Centro com o atual CENPRE – Centro Empresarial e de Empreendedorismo do Entroncamento, este com alguns objetivos idênticos. Apenas como exemplo, recordamos que também o CENPRE se propõe a “Estimulação da inovação e do investimento”, a “Criação e fornecimento de serviços de acordo com as necessidades das entidades incubadas e o estímulo “do empreendedorismo e a formação do perfil empreendedor da comunidade local e regional”.-----

Ou há articulação --- e ela nunca é proposta e nem sequer é mencionada --- ou alguém vai perder atividade. Pelo andar da carruagem rezeamos que venha a ser o CENPRE, o que nos preocupa.-----

Assim como nos preocupam outros aspetos não definidos no protocolo.-----

Ainda assim, tal não impedirá o nosso voto favorável ao estabelecimento do protocolo entre o município e a Cottinelli Telmo – Cooperativa de Ensino Superior e Investigação Científica, CRL.»-----

---**Manuel Martins (PS)**: “Trata-se de um protocolo de colaboração tripartido, é um reforço da posição do Entroncamento enquanto centralidade da ferrovia e, como já vinha acontecendo com um investimento da Medway de 50 milhões de euros, vem melhorar ainda mais a oferta formativa existente no ensino superior, sendo o papel da Câmara Municipal o de dinamizadora, identificando as necessidades de formação e qualificação na região, participando na divulgação da oferta formativa e também através da atribuição de bolsas de estudo e apoio aos melhores alunos. É mais um exemplo da boa gestão e investimento no futuro da cidade, uma cidade que se quer para as pessoas e cujo legado se pretende deixar à população, contrariamente ao que se verificou no passado, em que este executivo herdou uma dívida de vários milhões de euros e foi sendo delapidado o património da cidade.”-----

---**Manuel Faria (PSD)**: «Uma nota inicial de princípio - Nós defendemos incondicionalmente o desenvolvimento do ensino, seja ele público, cooperativo ou privado, mas que seja efetivamente de qualidade e estruturante para o desenvolvimento da sociedade e de um concelho.-----

E votaremos naturalmente a favor desta proposta que consideramos muito ambiciosa e até corajosa.-----

Mas não podemos deixar de realizar uma análise muito cuidada a este assunto e deixar aqui algumas questões.-----

Num dos documentos enviados, refere-se e passo a citar “*Este projeto vem na linha do que tem sido a sua preocupação em criar condições para que cada vez mais jovens possam aceder ao ensino, por considerar que é o único elevador social verdadeiramente capaz de quebrar os ciclos de pobreza...*”-----

Questão n.º 1 – Esta afirmação é válida, mas apenas quando apostamos num ensino de qualidade tendencialmente gratuito e não num sistema de ensino com custos

significativos de propinas para pessoas, que segundo o próprio texto já têm dificuldades económicas.-----

Nova citação do mesmo documento que nos enviaram: “... este projeto tem como base a criação de uma incubadora de novas tecnologias 4.0 associadas àquelas áreas, a criação de um centro tecnológico e de inovação nas áreas do transporte ferroviário e logística...”

Questão n.º 2 - Aquele que era para ser o Centro Tecnológico da Ferrovia Portuguesa, aquando da discussão do Plano Nacional de Investimentos 2030 pelo Conselho de Ministros, foi centrado em Guifões, deslocando completamente do Entroncamento quadros superiores altamente qualificados, competências e atividades estratégicas de desenvolvimento e inovação da ferrovia.-----

Nova citação, agora, do comunicado do Conselho de Ministros – “O governo, em resolução de Conselho de Ministros nº110 de 5 de julho de 2019, incumbe a CP Comboios de Portugal, no cumprimento do plano estratégico de recuperação das capacidades tecnológicas e empresariais do setor ferroviário em Portugal, de criar o Centro de Competências Ferroviário em Guifões, Matosinhos. Sem margem para dúvidas”- fim de citação. -----

Questão n.º 3 - Significa, portanto, que o projeto agora apresentado pelo Executivo poderá ter, provavelmente, graves constrangimentos económicos e financeiros e nem o Plano de Recuperação e Resiliência prevê rubricas para estas iniciativas de ensino, mesmo no que está destinado à ferrovia.-----

Mais, a partir desta resolução do Conselho de Ministros foi então constituído um “grupo de trabalho”, como o Governo gosta de apelidar, “uma Task Force” composta pela CP, as Infraestruturas de Portugal, o Metro do Porto, a Universidade do Porto (Faculdade de Engenharia) a que se juntaram o IAPMEI, o Metropolitano de Lisboa e a Câmara de Matosinhos para a concretização deste desafio, ou seja, não encontramos aqui nenhum dos promotores agora referenciados neste projeto apresentado pelo Executivo.-----

Esta Task Force está a estudar e a analisar os bons casos de sucesso existentes na Europa, em Centros de Competências similares, tais como o Birmingham Center for Railway Research and Education - UK, o DB Mindbox na Alemanha, o Railway Innovation Hub em Espanha, tendo desenhado um modelo Macro Funcional semelhante de boas práticas com a seguinte estrutura: Escola Ferroviária, Acelerador de Empresas de cariz ferroviário, alojamento dos Stakeholders, e Projetos e Desafios à medida – tudo conduzido em Guifões e com parceiros já estabelecidos e reconhecidos.-----

Estão já em curso os seguintes projetos: investigação e desenvolvimento, inovação, eficiência, sustentabilidade, novos materiais, técnicas colaborativas, entre outros.-----

Pergunta: Será que esta Cooperativa tem capacidade para aportar valor a esta cadeia de valor já instalada e ao que está a ser feito por estes stakeholders oficiais e oficiosos?-----

Analisemos agora a oferta e a procura nacional ao nível do Ensino Superior na área de Logística e Transportes. Em 2020, dos 51.126 alunos que entraram no ensino superior, apenas 204 concorreram para cursos nestas áreas. -----

São referências o curso de Gestão de Transportes e Logística da Escola Superior Náutica D. Infante, o Curso de Gestão Industrial e Logística do Instituto Politécnico do Porto, o Curso de Gestão Industrial e Logística do ISCTE e o de Distribuição e Logística do Instituto Politécnico de Setúbal. De facto, entre Lisboa e Coimbra não existe oferta para estes cursos porque os estudos demonstraram que não havia procura suficiente e porque os cursos já existentes estavam estrategicamente integrados em locais, infraestruturas e atividades práticas correlacionadas. Pode ser uma oportunidade, mas também um enorme risco, mas cá estaremos para lutar por isso.-----

Questão n.º 4 - Ainda em Junho de 2020 Luís Picato Santos, Professor Catedrático de Transportes e Vias de Comunicação do Técnico, afirmou perentoriamente e cito

novamente “O atual sistema de ensino responde cabalmente às necessidades das empresas e do mercado nesta área. A inovação e desenvolvimento nesta área deve estar concentrada e não dispersa para melhor aproveitamento e rentabilização dos recursos porque não somos pontas de lança”.-----

Mas cá estaremos para lutar por isso.-----

Questão n.º 5 – O histórico deste Executivo, com vários anúncios de regresso do Ensino Superior à cidade sem procura e viabilidade, é um ótimo preditor de mais um projeto provavelmente pouco viável, principalmente quando tentam passar a imagem de trazerem o ensino superior público gratuito, construírem aqui uma grande universidade pública e terem cursos de grande procura e desenvolvimento, mas que na realidade não são, assim como os eventuais polos de desenvolvimento e inovação 4.0. Centro de ciência viva sim, o anterior parece-nos claramente mais difícil, mas cá estaremos para lutar por isso.-----

Questão n.º 6– Não sabemos se vai acontecer ou não, mas esperamos e somos contra que titulares de cargos do Executivo e da Assembleia decidam ser cooperantes numa entidade na qual a CME quer entrar / participar e sobre a qual podem vir a deliberar ou fiscalizar.

Questão n.º 7 – Nós PSD, defendemos que não é uma função da Câmara Municipal fazer parte desta Cooperativa, e esperamos que isso não aconteça, se não, tem que fazer parte de outras entidades de estrutura, regime e propósitos semelhantes. O município deve integrar, sim, instituições públicas para o bem de todos e não apenas para o bem de alguns. Por tudo o referido, mas também por todas as más experiências recentes que temos a este nível, se nos é permitido, deixamos como sugestão que se pondere a aposta no ensino profissional e nas especializações profissionais ou pós graduadas em disciplinas ligadas à manutenção, operação ferroviária onde temos um histórico rico em competências, experiência e infraestruturas privilegiadas, e quem sabe no âmbito da operação logística, não só ferroviária mas também rodoviária num futuro mais ambicioso.»-----

--- **António Ferreira (CDU)** que referiu que, embora não considere que esta aposta tenha a qualidade necessária, dará margem para o processo avançar.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO-----

--- O ponto número cinco foi aprovado por unanimidade, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SEIS-----

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E CRIAÇÃO DE EMPREGO DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO, ao abrigo da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, referindo tratar-se de aprovar a alteração ao artigo 7.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município do Entroncamento, com a revogação dos n.ºs 3 a 8. O artigo 8.º será igualmente objeto de algumas alterações de redação.-----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por maioria, na reunião ordinária de 21 de junho de 2021.-----

--- Foi feita a seguinte intervenção:-----

--- **Carlos Matias (BE):** «Concordamos que é necessário rever o Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município do Entroncamento.-----

Mas, no que se refere à derrama, a revisão não deveria ser no sentido que nos é proposto. A fórmula adotada pelo Regulamento para possibilitar eventuais reduções da derrama tem-se revelado inaplicável, ano a ano. Na verdade, desde que adotada não temos notícia de que alguma empresa dela tenha beneficiado. -----

Na verdade, a elaboração de um Regulamento para este efeito poderia até ainda não ter ocorrido, já que o n.º 2 do artigo 16 da Lei 51/2018 de 6 de agosto que o prevê não fixa qualquer prazo para a sua aprovação. De resto, implicitamente admite-se até que tal Regulamento não vigore, definindo-se no um mecanismo a adotar quando o município ainda não tem Regulamento.-----

Cito o n.º 2 do Artigo 18.º da Lei:-----

“Até à aprovação do regulamento referido no número anterior, a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000.”-----

Mas a maioria decidiu aprovar um Regulamento que, comprovadamente, não serve a ninguém e agora quer alterar, mantendo, contudo, a sua lógica.-----

Ora, parece-nos que, numa interpretação lata dos critérios fixados no n.º 23 do artigo 18.º da Lei que permitem a redução da taxa da derrama, se poderia e, a nosso ver, deveria fazer depender essa redução do volume de negócios e dos empregos líquidos criados, por exemplo, de há dez anos para cá, aplicável a todos os sectores.-----

Essa era a forma de, como temos vindo a defender, proteger efetivamente quase todas as pequenas empresas, com menos argumentos financeiros para suportar os momentos difíceis por que passam muitas delas.-----

Foi outra a opção da maioria, uma opção que não acompanhamos.»-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS-----

--- O ponto número seis foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, três votos contra do Bloco de Esquerda, um voto contra da Coligação Democrática Unitária, seis abstenções do Partido Social Democrata, uma abstenção do CDS-PP e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

-- O deputado **António Ferreira (CDU)** apresentou a seguinte declaração de voto: “A nossa votação não é contra a redução da derrama para os comerciantes. Aliás, a nossa proposta no passado, e continua a sê-la, é no sentido de àqueles que pagam derrama, que são pequenas empresas, lhes seja reduzido o valor da mesma.-----

O método que é apresentado pela Câmara não é utilizado por ninguém, não é aplicável. Nos últimos anos foi demonstrado que não é aplicável e não beneficia absolutamente ninguém. Aquilo que nós pretendemos de facto é uma redução efetiva para os pequenos comerciantes, para os pequenos industriais, para a pequena atividade económica.”-----

PONTO NÚMERO SETE-----

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3.º GRAU – UM LUGAR DE CHEFE DE UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE, ao abrigo da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, referindo tratar-se de aprovar a abertura de procedimento concursal para recrutamento e seleção para o preenchimento do lugar de Chefe de Unidade de Desporto e Juventude - Dirigente Intermédio de 3.º grau, nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na redação atualizada pela Lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, com as adaptações introduzidas pelos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, bem como a respetiva composição do júri de recrutamento, de acordo com o n.º 1 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto.-----

Presidente Júri – Dr. Hugo Miguel Carrondo Gonçalves, Chefe de Divisão de Gestão Financeira; -----

1.º Vogal - Eng.ª Cláudia Roussado Martins, Chefe de Unidade de Ambiente e Espaços Verdes;-----

2.º Vogal – Dr.ª Maria Fernanda Pires Aparício, Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Tomar;-----

Vogais Suplentes – Arq.º Francisco Pontes Varanda Gonçalves, Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Obras e Arq.º Rafael Maia de Matos Domingos, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos.-----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por unanimidade, na reunião ordinária de 21 de junho de 2021.-----

--- Não tendo havido intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou de imediato o assunto à votação.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE-----

--- O ponto número sete foi aprovado por unanimidade, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO OITO-----

INFORMAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2020-----

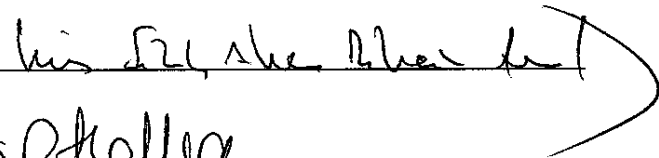
--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, presente para conhecimento, referindo tratar-se da Informação do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira do Município do Entroncamento em 31 de dezembro de 2020.-----

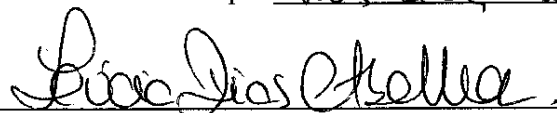
--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto. -----

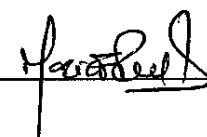
--- Todas as deliberações desta Sessão Ordinária foram tomadas em minuta, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão quando eram vinte e quatro horas.-----

--- A presente ata, depois de visada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal: 

A 1.ª Secretária: 

A 2.ª Secretária: 

Elaborada por:
Laura Vergamota